

Língua e Literatura, v. 15, n. 18, p. 81-97, 1990.

AS IRONIAS COMO MENÇÕES¹

Dan Sperber, Deirdre Wilson

Tradução: Zenir Campos Reis com a colaboração de Marflia Borges Costa.

É comum caracterizar-se a ironia verbal como a figura produzida quando um enunciado possui um sentido figurado oposto ao seu sentido literal. Deste modo, "que tempo bom!" dito ironicamente terá por sentido figurado: "que tempo horrível!" etc. Poder-se-ia, como outros fizeram, procurar enriquecer esta caracterização e considerar casos de ironia sem recorrer à noção do sentido figurado. Esta tentativa se insere no quadro de uma pesquisa mais ampla, que tem por finalidade integrar em uma mesma teoria os aspectos semânticos, pragmáticos e retóricos da interpretação dos enunciados².

I

TRÊS CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS:

1. Os fatos retóricos são dados de intuição. O problema com os dados de intuição, ao contrário da opinião corrente, não é saber se é preciso utilizá-los, mas sim saber *como* utilizá-los. Os julgamentos intuitivos dos indivíduos são fatos de

(1) Originalmente publicado em *Poétique*, 36, nov. 1978, Paris, Seuil.

(2) Ver Dan Sperber, *Le symbolisme en général*, Paris, Hermann, 1974; Deirdre Wilson, *Presuppositions and Non-Truth-Conditional Semantics*, Academic Press, 1975. D. Sperber, "Rudiments de rhétorique cognitive", *Poétique*, 23, 1975; D. Wilson e D. Sperber, "Ordered entailments: an alternative to presuppositional theories", a ser publicado em *Syntax and Semantics 11: Presuppositions*, C.K. Oh e D. Dinneen, ed., Academic Press; D. Sperber e D. Wilson, *Pragmatique et Rhétorique: l'interprétation des énoncés*, a ser publicado; D. Wilson e D. Sperber, "Remarques sur l'interprétation des énoncés selon Paul Grice", a ser publicado em *Communications*.

natureza semelhante aos seus gestos ou às suas secreções glandulares; elas também necessitam uma descrição e uma explicação; podem muito bem sugerir, corroborar ou infirmar hipóteses. Mas assim como para todos os tipos de fatos, esses julgamentos intuitivos só podem ser realmente estabelecidos e deduzidos com precauções metodológicas específicas.

Assim, os julgamentos que se podem reunir sobre a ironia, seja pela introspecção, seja segundo a opinião dos outros não são puramente intuitivos: uma série de noções explícitas e de argumentos conscientes contribui para formá-los. Considerem-se, por exemplo, as proposições (1) e (2) feitas por dois caminhantes surpreendidos por um aguaceiro, com o objetivo de saber se são ou não irônicas:

- (1) O tempo está maravilhoso.
- (2) Parece que senti alguns pingos de chuva.

Se o sujeito interrogado considera correta a definição restrita de que a ironia é a inversão de sentido, e procura ser coerente, dirá que apenas a afirmação (1) é irônica, mesmo que perceba também uma semelhança de tom (que um sujeito menos prevenido chamaria exatamente de irônico) entre a antífrase de (1) e o litote (2). Muitas respostas desse tipo confirmariam a concepção da ironia como inversão, e com a razão!, pois essa própria concepção as teria inspirado.

Para evitar tais riscos, é necessário entre outras precauções, levantar questões que não sejam passíveis de respostas estereotipadas. É necessário criar reagrupamentos intuitivos de dados que não correspondam a categorias bem definidas na consciência das pessoas. Não que as respostas já prontas e as categorias conscientes não apresentem interesse, mas elas esclarecem apenas as particularidades culturais, e não os mecanismos psicológicos fundamentais, que são o objeto da retórica geral.

2. Nossa segunda observação está estreitamente ligada à primeira: é interessante estudar as sutilezas conceituais da tradição retórica ocidental por si mesmas. Além disso, não seria surpreendente se muitas categorias clássicas encontrassem um novo emprego nas pesquisas futuras. Mas não se deve prejudicar. Não se deve ter por certo que nem mesmo as grandes categorias, como a aliteração, a elipse, a hipérbole, a metáfora, a metonímia, a ironia etc., correspondam a conjuntos de fatos, homogêneos e distintos, do ponto de vista da produção e da interpretação do discurso.

É possível que a noção e a classificação dos tropos tenham o mesmo destino que o humores em medicina; é possível que a ironia verbal e a atitude que lhe está associada mereçam ser estudadas tanto quanto a bilis negra e o temperamento atrabiliário.

A noção de ironia é uma abstração sustentada com argumentos fracos, que se baseiam em dados escolhidos sem muito método e insuficientemente descritos. Seria um engano, nestas condições, tomar a *ironia* em seu conjunto como objeto de estudo e fundamentar-se em ilustrações típicas. Existem, se quisermos, *ironias*, isto é, efeitos específicos produzidos por enunciados particulares e parentescos percebidos entre esses efeitos. É preciso conceber dispositivos psicológicos capazes de explicar esses efeitos e esses parentescos; é preciso corrigir tais hipóteses procurando sistematicamente dados suplementares capazes de infirmá-los. Então, será talvez interessante comparar o recorte conceitual que se terá (provisoriamente) alcançado com o da retórica clássica, e ver se existe uma noção de ironia, e qual é ela.

3. Se for útil permanecer neutro no que diz respeito ao futuro da noção de ironia, uma noção retórica mais geral, a do sentido figurado, pede logo de início importantes ressalvas.

O desmanche da ambigüidade ["désambigüation"], à qual todo ouvinte (ou leitor) chega freqüentemente de uma forma quase instantânea, levanta um problema importante para toda a teoria da interpretação dos enunciados. Realmente, mesmo se nos restringimos aos sentidos literais precisamente definidos, a maioria dos enunciados é ambígua; comportam freqüentemente várias ambigüidades independentes que se multiplicam para dar uma variedade de sentidos à frase. Além do mais, a maioria dos enunciados contém expressões referenciais suscetíveis de tomar, muitas vezes, grande número de valores, mesmo dentro dos limites do saber compartilhado pelos interlocutores. Essas polivalências referenciais se multiplicam com as ambigüidades. É portanto comum que um enunciado possua várias dezenas, ou até várias centenas de interpretações lógico-semânticas bem distintas. Entretanto, na comunicação verbal, geralmente apenas uma dessas interpretações é retida pelo locutor e pelo ouvinte, sem que eles tenham consciência dessa escolha. Todos concordam em afirmar que esse desmanche da ambigüidade é uma função do contexto. Mas descrever essa função em vez de simplesmente formulá-la é uma tarefa penosa. No entanto, é uma tarefa concebível, pois se nos ativermos precisamente aos sentidos literais, o conjunto das interpretações possíveis continua finito e caracterizável a partir de um número muito pequeno de variáveis semânticas e referenciais. É possível então formular vários tipos de procedimentos explícitos e acabados capazes de eliminar todas as interpretações possíveis, exceto uma. O difícil não é conceber o princípio de um modelo e sim desenvolvê-lo e justificá-lo.

Em compensação, se aos sentidos literais for necessário acrescentar sentidos figurados ligados aos primeiros por relações tênues de semelhança, de contigüidade, de inclusões e de inversão, o conjunto de interpretações possíveis deixa de ser enumerável, até prova em contrário. É difícil até mesmo de imaginar a tentativa de levar em conta o desmanche da ambigüidade que, repetimos, não é um

fenômeno raro e marginal, mas pelo contrário condiciona a interpretação de cada enunciado.

Assim, a noção de sentido figurado que parece ser mais conveniente na medida em que se restringe à retórica das figuras torna-se, pelo contrário, uma fonte de dificuldades, desde que se considere a interpretação dos enunciados sob todos os seus aspectos. Certamente, trata-se de saber se essas dificuldades estão relacionadas à complexidade dos fatos (a respeito dos quais é preciso tomar partido) ou à inadequação dos conceitos empregados para percebê-los.

É um fato que o locutor possa querer que se entenda algo diferente de um dos sentidos literais de seu enunciado. Quando ele quer que se entenda algo *a mais*, então se aplica a noção de subentendido; esta não cria problemas para uma teoria do desmanche da ambigüidade, para o qual, ao contrário, é muito útil. Quando o locutor quer que se entenda alguma coisa *em vez* de um sentido literal de seu enunciado, é a noção do sentido figurado que parece prevalecer, e os problemas que essa noção possa ocasionar parecem impostos pelos próprios fatos. É claro, no entanto, que se fosse possível descrever corretamente os fatos sem recorrer à noção *ad hoc* de sentido figurado e atendo-se a noções independentemente motivadas (como as de sentido literal ou de subentendido) mantidas as outras condições, esta outra descrição deveria ser preferida. Propusemos os rudimentos de tal descrição das metáforas, sinédoques e metonímias em Sperber, "Rudiments de rhétorique cognitive"; aqui fazemos o mesmo para as ironias; o problema será retomado e aprofundado em Sperber e Wilson, *Pragmatique et Rhétorique*, a ser publicado.

II

Considerem-se os enunciados (1) e (2) (retomados por comodidade) e (3) a (8), e suponha-se sempre que são mantidos entre duas pessoas que passeiam sob um aguaceiro, em circunstâncias sem nada de incomum:

- (1) O tempo está maravilhoso.
- (2) Parece que senti alguns pingos de chuva.
- (3) Inútil incomodar-se em trazer guarda-chuva.
- (4) Você lembrou de regar as flores?
- (5) O tempo está ruim.
- (6) Parece que senti granizos.
- (7) Teria sido útil trazer guarda-chuva.
- (8) Você lembrou de recolher a roupa do varal?

Dois tipos de reagrupamentos vêm de imediato à mente. Por um lado, há um estreito paralelismo entre (1) e (5), (2) e (6), (3) e (7) e (4) e (8) que de forma evidente possuem construções sintáticas e composições lexicais muito semelhantes. Por outro lado, de uma forma menos fácil de descrever, os enunciados de (1) e (4) possuem alguma coisa em comum que os contrapõe aos de (5) a (8). Considere-se um por um os enunciados de (1) a (4):

"O tempo está maravilhoso" Nas circunstâncias está fora de questão que o locutor queira dar a entender como expressão de seu pensamento o sentido literal de sua frase. Pelo contrário, é certo que ele pensa o oposto do que diz. Em compensação, é menos certo que sua intenção seja a de dar a entender esse oposto.

Paradoxalmente, tal intenção apenas se realizaria por ser supérflua, e na medida em que o ouvinte não se pode enganar sobre o que o locutor pensa do tempo. Se pelo contrário o ouvinte pudesse enganar-se, se por exemplo a proposição (1) fosse dita por telefone de longa distância, sem outro indício que viesse desmentir o sentido literal, esse sentido literal seria aceito como expressão do pensamento do locutor. Mesmo supondo que seja correta a descrição de (1) como significando seu oposto, isto levantaria um primeiro problema. Em seguida, um segundo problema: se a intenção do locutor era dar a entender "o tempo está ruim", por que não o dizer diretamente? Qual seria o efeito procurado? Que outra intenção suplementar incitaria o locutor a exprimir uma idéia pelo seu contrário?

A concepção clássica segundo a qual o enunciado (1) dito de forma irônica teria por sentido figurado o inverso de seu sentido literal propõe esses problemas sem resolvê-los, o que acaba por tornar-se um argumento contra essa concepção. Além do mais, os fatos que essa concepção sugere estão longe de serem convincentes.

A única intenção clara e reconhecida é que o locutor não quer dar a entender a idéia enunciada mas, pelo contrário, quer dar a entender que essa idéia é oposta à sua. É óbvio que daí se pode deduzir qual é a idéia do locutor; mas não se pode deduzir que sua intenção fosse principalmente ou mesmo acessoriamente transmitir essa idéia. Pelo contrário, poder-se-ia conceber que o locutor de (1) procure dar a entender uma idéia sobre uma idéia – por exemplo, que seria ridícula ou derrisória a idéia ou o desejo de que o tempo estivesse maravilhoso – e não uma idéia a respeito do próprio tempo.

"Parece que senti alguns pingos de chuva" certamente não está em oposição ao pensamento do locutor, mas sim aquém dele. Enquanto que (1) era incongruente porque o locutor não achava o que dizia, o enunciado (2) é incongruente porque o locutor não pode não estar convencido da verdade de sua afirmação nem acreditar que o ouvinte tenha necessidade de ser informado ou convencido dela. A observação, que poderia ter sido pertinente no momento em que caíam as primeiras gotas, em pleno aguaceiro só poderia ser feita, sem malícia, por alguém

que tivesse reações incrivelmente lentas. O locutor não procura passar a idéia de que esse seja realmente o caso. Ele também não parodia alguém em particular. O que o locutor leva a considerar – do alto – é precisamente essa lentidão caricatural em reagir que, esta sim seria digna de nota, e não a presença de pingos de água. Para que o enunciado produza esse efeito, é necessário que esteja claro que o locutor se distancia dele, pretendendo chamar a atenção para o próprio enunciado e não para o conteúdo desse enunciado.

"Inútil incomodar-se em trazer guarda-chuva", assim como o enunciado (1), não exprime o pensamento do locutor, mas sim, uma opinião contrária à sua. Pode-se imaginar que (3) faça eco a um enunciado anterior feito por alguém aos caminhantes (ou dito por um ao outro) antes da partida, alguma coisa como "não se incomodem (não nos incomodem) em levar guarda-chuva" Ao evocar tal conselho sob o aguaceiro, o locutor de (3) o transforma em zombaria e caçoa do mau conselheiro.

Perguntando "você lembrou de regar as flores?", o locutor não pretende significar o oposto do que afirma. Aliás, qual seria exatamente esse oposto neste caso, assim como na maioria dos casos de perguntas irônicas? Se a pergunta (4) é incongruente, é que, exatamente como na afirmação (2), falta-lhe pertinência a tal ponto que se exclui a possibilidade de que o locutor se tenha enganado ou querido enganar o ouvinte. Ao contrário, ele terá feito a pergunta para lhe assinalar a falta de pertinência e o caráter derrisório nas circunstâncias. Além do mais, imaginando-se, por exemplo, que o ouvinte esteja obsessivamente preocupado em regar suas flores, é este ponto e a preocupação excessiva que ela exprime que são ridicularizados. Assim, o que o locutor dá a entender não é a pergunta (4), mas uma atitude a respeito dela e do estado de espírito que a poderia ter suscitado.

Esses comentários sobre os enunciados de (1) a (4), apesar de incompletos e imprecisos, evidenciam o que eles têm em comum e o que os distingue dos enunciados de (5) a (8). Os locutores de (1) a (4) podem ser dissociados de seus enunciados, ou por falta de veracidade como em (1) e (3), ou por falta de pertinência como em (2) e (4); só se pode compreendê-los supondo que queiram exprimir alguma coisa a respeito de seu enunciado, e não por meio dele. Nos enunciados (1)-(4) se percebe uma atitude dos locutores a respeito do objeto de seu enunciado: o tempo, a chuva e as precauções necessárias.

III

A distinção intuitiva entre dois tipos de operação de um enunciado, ilustrada pelo contraste entre (1) a (4) de um lado e (5) a (8) de outro, corresponde es-

tratamento à oposição existente na filosofia lógica entre *emprego* e *menção*. Quando se emprega uma expressão designa-se o que essa expressão designa; quando se menciona uma expressão designa-se essa expressão. Assim, no enunciado (9), onde é empregado o termo "zona" ["foutoir"]³, indica-se uma grande desordem enquanto que em (10a) e (10b), onde "zona" é mencionado, trata-se de uma palavra da língua portuguesa:

- (9) Que zona é essa?
(10) (a) "Zona" é uma palavra de gíria.
(b) Quem ousou chamar minha kitinete de zona?

Quando a expressão mencionada é uma frase completa, ela não possui a força ilocutória que lhe confere sua forma linguística em um contexto onde ela seria não mencionada, mas sim empregada. Assim o comentário (11a) é enunciado em (11b) sem ser por isso *efetuado*, a pergunta (12a) é enunciada em (12b) sem ser por isso *formulada*, a ordem (13a) é enunciada em (13b) sem ser por isso *dada*:

- (11) (a) É pena.
(b) Não diga "é pena", faça alguma coisa.
(12) (a) O que é a ironia?
(b) "O que é ironia?" é uma questão mal formulada.
(13) (a) Cale-se!
(b) "Cale-se, cale-se!" E se eu tiver vontade de falar?

À oposição lógica estabelecida entre emprego e menção corresponde em gramática um leque de formas, muitas das quais ocupam posições aparentemente intermediárias. Entre a citação direta dos exemplos (b) de (11) a (13), que é a forma linguística mais clara da menção, e o emprego puro e simples de enunciados semelhantes aos exemplos (a) de (11) a (13), há o discurso indireto, o discurso indireto livre, os "contextos opacos" criados pelos verbos de opinião etc.. Todas essas formas, que são diferenciadas entre si, parecem possuir em diferentes graus certas propriedades da menção.

(3) Cf. *Petit Robert: Foutoir* (séc. XVI, de *foutre*) Vulg. Grande desordem (cf. Bordel). § *Foutre* (séc. XIII, lat. *future* "manter relações com uma mulher"). [Os colchetes e a nota pertencem a esta tradução].

Enunciados como os de (1) a (4) aproximam-se também das menções, na medida em que, como já se disse, o locutor se exprime sobre os próprios enunciados e não sobre o de que eles tratam. Não bastaria, no entanto ficar com esta impressão vaga; para afirmar que as ironias são menções, seria preciso ainda determinar como as menções podem ser reconhecidas e diferenciadas nas línguas naturais.

Os gramáticos têm a tendência tradicional de tratar apenas de um tipo de menção: o discurso citado, e de considerar que as outras menções estão ligadas ao discurso citado, como casos particulares e marginais. Pela lógica, deveria ser o inverso: o discurso citado é apenas um caso particular da menção. Um caso triplamente particular: primeiro, é uma reprodução; segundo, é a reprodução de um discurso; terceiro, é a reprodução de um discurso anteriormente feito. É possível reproduzir-se um discurso hipotético como em (14) e (15), reproduzir um pensamento como em (16) e (17), mencionar sem procurar reproduzir como em (18)-(22):

- (14) Um dia ele confessará: "sou culpado"
- (15) Ele não admitiu que fosse culpado.
- (16) Intimamente ele reconhece: "sou culpado".
- (17) Ele não ousa encarar que é culpado.
- (18) Nas provas ordálias, toda manifestação de dor significa:
"sou culpado"
- (19) "Sou culpado" é gramatical.
- (20) Parece que ele é culpado.
- (21) Eu não diria que ele é culpado.
- (22) Posso provar que ele é culpado.

Considerar tais enunciados como extensões do discurso citado é arbitrário e corre o risco de não levar em conta ou mesmo desconhecer as formas de menção que se distanciam mais do pretense modelo. Na falta de argumentos empíricos contrários, o melhor método é considerar o discurso citado e os outros casos ilustrados por (14)-(22) como diferentes formas de menção e dedicar às formas mais diferenciadas do discurso citado uma atenção tanto maior, quanto menos se está preparado para reconhecê-las.

A impressão de que existam formas intermediárias entre a menção pura e o emprego puro pode explicar-se por duas propriedades que permitem diferenciar as menções entre si nas línguas naturais: por um lado, as menções podem ser feitas de forma explícita, como em (23) e (25), ou implícita como em (24) e (26); por outro lado, os objetos suscetíveis de serem mencionados são de dois tipos: ex-

pressões ("significantes") como em (23) e (24); ou proposições ("significados"), como em (25) e (26):

- (23) Tchen se perguntava: "Tentarei levantar o mosquito? Darei um golpe através dele?" A angústia lhe contorcia o estômago.
- (24) "Tentarei levantar o mosquito? Darei um golpe através dele?" A angústia contorcia o estômago de Tchen.
- (25) Tchen se perguntava se deveria tentar levantar o mosquito ou se daria um golpe através dele. A angústia lhe contorcia o estômago.
- (26) Tchen tentaria erguer o mosquito? Daria um golpe através dele? A angústia lhe contorcia o estômago. (André Malraux, *A condição humana*).

Somente a menção explícita de (23) se encontra nas linguagens formais. Mas a menção implícita da expressão em (24), a menção explícita da proposição de (26) não deixam de ser, do ponto de vista lógico, verdadeiras menções e não filhos bastardos de menção e de emprego. É do ponto de vista gramatical que as menções de proposição são mais difíceis de precisar que as menções de expressão, e as menções implícitas mais difíceis de precisar que as menções explícitas: daí a impressão de formas intermediárias. Assim, quando o discurso citado no estilo indireto livre não é, como em (26) sublinhado por um anúncio ou inciso, vários são os locutores ou ouvintes, os autores ou os leitores que o empregam ou o interpretam adequadamente sem tomar consciência de que se trata de enunciados de um tipo lógico particular parecido com a citação. A fortiori, já que as menções que não são do discurso citado são em geral menos perceptíveis como tais, não seria surpreendente descobrir categorias inteiras de menções implícitas de proposições que ficam desconhecidas ou mal interpretadas. As ironias por exemplo.

IV

Considerem-se estes diálogos:

- (27) (a) – Estou com dor de dente.
(b) – O senhor está com dor de dente. Abra a boca, vamos ver isso.

- (28) (a) – Onde posso achar *bretzels*⁴ a esta hora?
 (b) – Onde o senhor pode encontrar *bretzels*? A esta hora? No Goldenberg, que pergunta!
- (29) (a) – Estou cansado.
 (b) Você está cansado. E eu, o que deveria dizer?
 DOOLITTLE
- (30) (a) Listen here, Governor. You and me is men of the world, aint we?
 HIGGINS
 (b) Oh! Men of the world, are we? You'd better go, Mrs. Pearce. (G. B. Shaw, *Pygmalion*).

Nesses quatro exemplos a réplica (b) comporta uma menção explícita⁵ da proposição expressa pelo enunciado (a). Essas menções visam não a citar um discurso (que acaba de ser proferido) mas antes a manifestar que ele foi ouvido e tomado em consideração, a exprimir em voz alta o eco que a proposição suscitou no destinatário. Semelhantes a esses ecos diretos e imediatos, há ecos indiretos onde é mencionada não a proposição enunciada mas um subentendido que o destinatário imaginou perceber:

- (31) (a) – Eu cá sou razoável.
 – Já eu não sou, não é isso? (diga até o fim que está pensando).

Há ecos longínquos:

- (32) Choveu torrencialmente. Já sei: ia chover (você tinha dito). Eu deveria acreditar mais em você.

Há ecos muito longínquos:

- (33) Jules esbofeteou Oscar e Oscar quebrou-lhe a cara. Ele deveria ter dado a outra face (está escrito). Aliás, teria valido mais a pena.

Há, se se pode dizer, ecos antecipados:

(4) Bretzel: biscoito salgado alemão em forma de oito. [N.T.]

(5) No original, "faite implicitement". Corrigimos. [NT]

- (34) O senhor vai fazer besteira. O senhor é livre para fazer o que quiser (vai me dizer). Talvez. Mas deveria me ouvir apesar de tudo.

Em todas essas menções-eco que são muito frequentes no uso comum da língua e muito mais variado do que se pode expor aqui, os termos escolhidos, o tom (dubitativo, interrogativo, desdenhoso, aprovador, ardente etc.), o contexto imediato, todos esses aspectos sugerem qual é a atitude do locutor diante da proposição que menciona. Em particular o locutor pode ecoar um enunciado de modo a sugerir que o julga sem justeza ou inadequado.

ARSÈNE LUPIN

- (35) – Alegro-me de que seja o senhor que o destino haja designado para fazer justiça ao homem honesto que sou.

Sr. FORMERIE

- O homem honesto que o senhor é. Senhor, deve explicar-se por enquanto a respeito de cento e quarenta e quatro casos de roubo, furto, burla, falsificação, chantagem, recepção etc. (Maurice Leblanc, 813).

O VELHO HORÁCIO

- (36) Que brilho de virtude o senhor vê no seu erro?

VALÉRIO

A fuga é gloriosa nessa ocasião.

O VELHO HORÁCIO

O senhor me duplica a vergonha e a confusão
Por certo é raro o exemplo e digno de memória,
Encontrar na fuga um caminho para a glória (Corneille, *Horace*).

Ou com eco antecipado:

- (37) – Quero um voluntário para um seminário sobre Gabriel Marcel. Duas mãos se levantaram.
– Gostaria que não fossem sempre os mesmos, disse Treuffais, com voz sarcástica. Sr. Ducatel, diga-me, o senhor estará talvez muito ocupado durante o fim de semana?
– Sim, disse sem malícia o aluno, vou caçar.
– Caçar a cavalo talvez? ironizou Treuffais.
– Sim, senhor (J. P. Manchette, *Nada*).

Os casos (35) a (37) que introduzimos como exemplos de menções-eco poderiam também ter sido apresentados como exemplos de ironias. Trata-se evidentemente de ecos irônicos: o locutor ecoa uma proposição de modo a manifestar que ele a desaprova, seja como em (35) ou em (36) porque ela falta com a verdade (e portanto com a pertinência), seja como em (37) porque lhe falta diretamente pertinência. Para o destinatário, compreender tais enunciados é reconhecer-lhes ao mesmo tempo o caráter de menção-eco e a atitude do locutor diante da proposição que menciona. Toda a interpretação decorre desse duplo reconhecimento. Em particular, ela supõe os subentendidos (38) para (35), (39) para (36) e (40) para (37):

(38) O senhor (Arsène Lupin) é um homem desonesto.

(39) A fuga é vergonhosa.

(40) Caçar a cavalo não é uma desculpa.

Não só não é necessário recorrer à noção de sentido figurado para compreender (35) a (37) (com seus subentendidos (38) a (40)), mas ao contrário, toda interpretação em termos de sentido figurado seria necessariamente incompleta. Suponhamos com efeito que conforme a descrição clássica (38) a (40) não sejam considerados como subentendidos, mas como sentidos figurados. De duas, uma: ou o significado da proposição figurada seria compreendida como *empregada*, e portanto seu caráter de menção-eco desapareceria; ou o significado da proposição figurada seria compreendida como *mencionada*; ora ela não peca nem por falta evidente com a verdade nem por falta de pertinência, por isso a atitude desaprovadora do locutor não teria razão de ser. Nas duas hipóteses, a interpretação em termos de sentido figurado ignoraria um aspecto central e patente do enunciado, ou da enunciação.

Dir-se-á que há dois tipos de ironias: os ecos irônicos cuja interpretação passa pelo reconhecimento de seu caráter de menção; e as outras ironias cuja interpretação consiste em descobrir o sentido figurado? Seria preciso então explicar por que entre as ironias que têm caráter manifesto de eco e as outras há uma continuidade de casos intermediários. Se dois mecanismos completamente distintos, fundados um sobre a menção, outro sobre o sentido figurado, determinassem dois tipos de ironia, deveria ser diferente.

Pode-se admitir ao contrário que todas as ironias são interpretadas como menções que têm caráter de eco: eco mais ou menos longínquo, de pensamentos ou de proposições, reais ou imaginárias, atribuídos ou não a indivíduos definidos. Quando o eco não é manifesto, ele é no entanto evocado. Retomemos nessa perspectiva nossos primeiros exemplos de ironia, os enunciados (1) a (4): "O tempo está maravilhoso." Imaginemos que antes da saída anunciaram aos interlocutores que iriam passear um tempo maravilhoso. O eco seria manifesto. Imaginemos que durante o inverno inteiro os interlocutores tenham sonhado com as caminhadas

que fariam ao sol do verão. O eco mais longínquo seria no entanto discernível. Mesmo sem imaginar enunciado anterior: não é sem esperar bom tempo que se sai para caminhar; se chove, "O tempo está maravilhoso" ecoa ainda, ainda que mais vagamente, as esperanças frustradas. Nos três casos o mesmo enunciado é compreendido visivelmente do mesmo modo: não se passa de uma figura a outra fundado sobre um mecanismo completamente diferente; apenas o caráter de eco da menção passa da evidência à sugestão.

"Parece que senti alguns pingos de chuva." Imaginemos que a proposição tenha ocorrido uma primeira vez antes que a pancada tenha começado de fato. Retomada sob a chuva, ela tornaria derrisória retrospectivamente a incerteza das sensações iniciais.

Mesmo sem tal enunciado anterior presente à memória dos interlocutores, (2) evocaria ainda, sob forma de eco, sensações incertas, ou completamente ultrapassadas, ou completamente atrofiadas, um excesso de distração ou de estoicismo capaz de fazer sorrir.

Nenhum desenvolvimento será necessário para estabelecer que (3) ("Inútil incomodar-se em trazer guarda-chuva") e (4) ("Você lembrou de regar as flores?") compreendem-se espontaneamente como o eco irônico de um conselho ou de uma preocupação que, nas circunstâncias, carece de pertinência. Que o conselho tenha ou não sido dado, que a preocupação tenha ou não sido expressa, isso afeta apenas a nitidez do eco, não sua natureza.

Sustentamos que todas as ironias típicas, mas também muitas ironias atípicas do ponto de vista clássico, podem ser descritas como menções (geralmente implícitas) de proposição; essas menções são interpretadas como o eco de um enunciado ou de um pensamento de que o locutor pretende sublinhar a falta de justeza ou de pertinência. Tal concepção permite descrever um leque mais amplo de ironias de maneira mais elaborada que segundo a concepção clássica. Além disso, não se recorre nem à noção de sentido figurado, nem a nenhuma outra noção que não fosse amplamente justificada de outro modo.

V

A concepção das ironias como menções lhes esclarece muitos aspectos. Evocaremos aqui cinco deles, muito brevemente os quatro primeiros (relação entre ironias e paródias, o "tom irônico", as mudanças de registro de expressão de que as ironias são acompanhadas, o lado moralizador das ironias); mais pormenorizadamente o último (o modo pelo qual as ironias visam a um alvo):

1. Na concepção clássica, ironias e paródias dizem respeito a mecanismos completamente diferentes: mudança de sentido num caso, imitação no outro; seu parentesco só pode ser contingente e sustentar-se numa similaridade de atitude entre o ironista e o parodista. Na concepção das ironias como menções, ao contrário, o parentesco e as diferenças entre ironias e paródias, assim como a existência de casos intermediários, explicam-se pelo fato de que num caso trata-se de menções de proposições, no outro, de menções de expressões. Em outras palavras, as paródias assemelham-se ao estilo direto como as ironias ao estilo indireto livre.

2. Na concepção clássica, a existência de um "tom irônico" torna-se bastante singular. Por que não existe também um "tom metafórico", um "tom sinedóquico" etc.? Na concepção das ironias como menções, o tom irônico inscreve-se naturalmente entre os diversos tons (dubitativo, aprovador etc.) por meio dos quais o locutor pode marcar sua atitude diante do enunciado ou do pensamento que ele ecoa.

3. Sabe-se que as ironias vêm acompanhadas facilmente de uma mudança de registro de expressão. É freqüente marcar a ironia passando por exemplo a um estilo pomposo:

(41) Está aí, você conseguiu, quebrou o vaso. Vossa senhoria está satisfeito!

Nada na concepção clássica deixa prever esse gênero de fatos. Ele pode explicar-se ao contrário sem dificuldade nas ironias dos ecos, reais ou imaginárias em (41) o eco imaginário de um auto-conceito que o locutor atribui ao destinatário). Como no estilo indireto livre, a menção implícita de proposições pode fazer-se parcialmente por meio de menção de expressão.

4. Do ponto de vista da concepção clássica, o uso que é feito da ironia é estranhamente assimétrico. De fato é muito mais freqüente dizer "é inteligente" subentendendo "é besta", "que delicadeza" subentendendo "que grosseria" etc., que o contrário. Notou-se muitas vezes esse moralismo da ironia. Não se poderia explicar isso por um mecanismo de inversão semântica (que operaria tanto num como noutro sentido). Em compensação essa assimetria compreende-se facilmente na concepção proposta aqui. De fato as normas são gerais, comuns a todos, invocadas sem cessar e portanto sempre bastante presentes ao espírito para que sua menção tome o caráter de um eco. Ao contrário os julgamentos críticos são particulares; sua menção só ocasionalmente ecoa uma lembrança. Assim é sempre

possível dizer ironicamente de um fracasso "é um sucesso!", pois toda ação comporta a esperança de realização. Mas para dizer de um sucesso "é um fracasso!" sem que a ironia se perca, convém que os interlocutores tenham em mente dúvidas sobre o sucesso, das quais a ironia seria o eco. Em face de uma realidade imperfeita pode-se sempre mencionar ironicamente a norma; em face de uma realidade perfeita, é preciso poder evocar a lembrança de um temor ou de uma dúvida para que a menção de um julgamento depreciativo tenha valor de ironia.

5. Existe um conjunto de fatos de intuição, meio confusos meio precisos, que se designa dizendo que a ironia visa a um alvo. Na concepção clássica, dois mecanismos completamente diferentes podem ser invocados para dar conta desse aspecto das ironias.

De um lado a um sentido literal laudatório corresponderá um sentido figurado crítico. Por exemplo se o sentido figurado de (42) é (43), Pinochet é nesse caso o alvo da ironia de (42):

(42) Pinochet é um homem apaixonado pela justiça.

(43) Pinochet é um homem que achincalha a justiça.

Por outro lado o sentido figurado pode escapar ao destinatário aparente do enunciado irônico. Instantaneamente entre um terceiro (percebe o sentido figurado e se revela assim o verdadeiro destinatário) e o locutor, estabelece-se uma conivência em detrimento do destinatário aparente. Por exemplo se o sentido figurado de (44) é (45) e se esse sentido figurado escapa a Popaul, Popaul é nesse caso o alvo da ironia de (44):

(44) Vai, Popaul, está quase!

(45) Vai, Popaul, está longe!

Esses dois mecanismos podem em certos casos operar simultaneamente e visar ao mesmo alvo. Se, por exemplo, o sentido figurado de (46) é (47) e se o sentido figurado escapa a Jérôme:

(46) Continue, Jérôme, o que o senhor está contando é muito interessante.

(47) Não continue, Jérôme. O que o senhor está contando não interessa.

Se nos atemos, como é freqüente, a exemplos desse último tipo, teremos a falsa impressão de que a teoria clássica permite uma descrição unificada do modo

pelo qual uma ironia visa a um alvo. Mas se tomamos o cuidado de contrastar exemplos como (42) e (44) percebemos que dois mecanismos sem relações necessárias entre si estão implicados.

E mais: é fácil apresentar exemplos completamente banais que não dizem respeito a um nem a outro mecanismo. Imaginemos que se diga ironicamente a alguém que não gosta de música clássica:

(48) É claro, a música clássica é sempre a mesma coisa!

Não existe nenhuma crítica no sentido figurado; se por outro lado a intenção irônica está patente, o destinatário não se pode enganar; nesse caso, pois, nenhum dos dois mecanismos determina um alvo; no entanto, a intuição segundo a qual o destinatário é visado por tal ironia não acha explicação direta na concepção clássica.

Na concepção das ironias como menções poderíamos definir dois mecanismos correspondentes aos da concepção clássica: aos sentidos figurados correspondem subentendidos que podem ser críticos; à confusão entre sentido literal e sentido figurado corresponde uma confusão entre emprego e menção. A concepção proposta aqui tem ao menos a garantia de ser tão explicativa a esse respeito quanto a concepção clássica.

De fato, a concepção das ironias como menções comporta um mecanismo central, que não encontra equivalente na concepção clássica e que, sozinho, pode dar conta de modo mais satisfatório de um leque mais amplo de fatos de intuição. Nessa concepção, uma ironia tem naturalmente por alvo as pessoas ou os estados de espírito, reais ou imaginários dos quais ela é eco. É o próprio mecanismo do eco que determina o alvo e não o eventual conteúdo crítico do enunciado ou o engano do destinatário. No máximo esses fatores contingentes podem reforçar um efeito da ironia que não depende deles.

No exemplo (46) Jérôme é visado pois o enunciado ecoa o que ele pensa de si mesmo e acredita merecer que lhe digam. Em (44) Popaul é visado pois o enunciado ecoa o sentimento que lhe atribuem de estar perto do objetivo. Em (42) são todos os que pensam ou afirmariam que Pinochet é apaixonado pela justiça que são visados. O próprio Pinochet e, na falta dele, o destinatário, são visados nesse caso. No exemplo (48), o destinatário é visado pois o enunciado ecoa uma opinião que lhe atribuem. No exemplo (1), se a meteorologia prevê bom tempo, é a ela que se faz eco dizendo: "O tempo está maravilhoso"; em compensação se ninguém anunciou a previsão, é ao estado de espírito que leva sempre a esperar bom tempo que se faz longinquamente eco: a ironia não visa a alvo particular nesse caso.

A concepção das ironias como menções permite prever quais ironias terão um eco determinado, e, se for o caso, qual será esse alvo. Quando o eco é longínquo e vago, a ironia não visará a alvo determinado; inversamente quando o eco é próximo e preciso, as pessoas às quais se faz eco constituirão o alvo. Assim quando o locutor faz eco a si mesmo haverá auto-ironia; quando o locutor faz eco ao destinatário, haverá sarcasmo. Na concepção clássica, o caráter *ad hominem* da ironia é uma função do conteúdo proposicional do enunciado; na presente concepção, é uma função da nitidez do eco. Os numerosos casos em que, como em (48), essas duas concepções resultam em predições diferentes devem permitir resolver a questão.

Um último exemplo para concluir: em *Júlio César* de Shakespeare (ato III, cena 2) Antônio repete seis vezes que Bruto é um homem honrado. Essa ironia muitas vezes citada suscita um problema para a concepção clássica, quando levamos em consideração seu desenvolvimento. De fato a primeira vez que Antônio enuncia.

Brutus is an honourable man

nenhuma ironia é perceptível; veríamos antes uma afirmação conciliatória, de circunstância, no momento em que Antônio se prepara para pronunciar o elogio fúnebre de César com a permissão de Bruto. A segunda vez, a afirmação ainda parece hesitar. Apenas a partir da terceira vez é que a interpretação irônica se impõe para não mais cessar de reforçar-se. Na concepção clássica, seria preciso dizer que na segunda ou terceira vez o sentido literal dá lugar a um sentido figurado que se lhe opõe; não poderia haver aí estado intermediário.

Na concepção defendida aqui, desde a primeira vez Antônio *menciona* a proposição segundo a qual Bruto é um homem honrado. Menciona-a em tom conciliador: sem dúvida não é sua opinião íntima mas pretende, num espírito de pacificação, ecoar a opinião dos partidários de Bruto. Depois, cada vez que ele a menciona de novo, acrescenta-lhe tais considerações que só pode se dissociar dela, cada vez mais: a ironia desenha-se, confirma-se, torna-se mordaz. Progressivamente, Antônio arrebatou seu auditório: a progressão é a de uma atitude diante de uma proposição que, como tal permanece do princípio ao fim igual a si mesma, e mencionada.

CNRS *Université de Paris X*
University of London